

JOÃO CRISÓSTOMO E O LEVANTE DAS ESTÁTUAS EM ANTIOQUIA: UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO¹

ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA²

GILVAN VENTURA DA SILVA³

Resumo

O Levante das Estátuas foi uma manifestação popular que aconteceu no ano 387 d.C., em Antioquia, uma província importante do Império Romano, sob o reinado de Teodósio (379-395) e no qual imagens imperiais foram destruídas. Este levante recebeu um destaque significativo na história do Baixo Império. João Crisóstomo, presbítero na sé de Antioquia, nos legou uma vasta documentação sobre o tema. As Homilias sobre as Estátuas é uma fonte rica que nos fornece informações importantes sobre o levante sob um ponto de vista muito particular. No entanto, a historiografia que versa sobre o tema do Levante das Estátuas dispensa ainda pouca atenção a esta fonte em detrimento da fonte legada por Libânio, um retórico pagão. Tendo isto em vista, nosso objetivo é, com o presente artigo, apresentar um balanço historiográfico acerca do Levante das Estátuas e assinalar a importância do testemunho de João Crisóstomo.

Palavras-chave: Baixo Império Romano, Levante das Estátuas, João Crisóstomo.

Abstract

The Riot of The Statues was a conflict that happened in 387 A.D., at Antioch, an important city of the Roman Empire under the reign of Theodosius (379-395). In this conflict, the rioters destroyed the imperial portraits and overthrew imperial statues. This conflict received much attention from different ancient writers. John Chrysostom, a presbyter in Antioch, delivered, traditionally, twenty one homilies on the matter. The Homilies on the Statues are a very important source of information. Nevertheless, Libanius' testimony is more studied than Chrysostom's with regard to the riot. Considering this, our purpose with this paper is present previous scholarship on The Riot of the Statues and also points out the importance of John Chrysostom's testimony with regard to the riot.

Key word: Later Roman Empire, The Riot of the Statues, John Chrysostom.

O Baixo Império Romano apresenta uma realidade distinta dos períodos precedentes da história romana e é marcado por uma ampla reestruturação, sentida em todos os aspectos da vida social. Após a Anarquia Militar (235-284) – período no qual ocorrem múltiplos golpes militares – emerge um sistema político-ideológico, o *Dominato*, que se define pelo seu caráter monárquico particular (Silva, 1999:202). O poder político não se fundamenta mais nos ideais da *res publica*. O imperador exerce um poder excepcional, que emerge de “um processo de reconceitualização do divino e do sagrado” (Silva, 1998:81 e ss). O Estado imperial, definido como uma *realeza sagrada (basileia)*, reclama para si o monopólio sobre o sagrado, e o imperador, reconhecido como *Deus et Dominus Natus*, exerce a premissa “de que governa por delegação de uma autoridade transcendente” (Silva, 2003:102 e ss). Na dimensão político-administrativa, o Império Romano dispunha de um exército e de uma ampla burocracia, que estavam em constante crescimento, demandando consideráveis aportes financeiros. Logo, desenvolveu-se uma estrita política fiscal que pudesse manter esse aparato burocrático (Maier, 1972:75). As medidas tomadas implicaram aumento dos impostos e provocaram uma maior exploração dos súditos. Na esfera administrativa, um processo de centralização conduz ao esvaziamento das atribuições do Senado e das cúrias urbanas (Silva, 1999:205 e ss). Dessa forma, o governo imperial passa a acompanhar o desempenho de suas províncias mais de perto. A burocratização, tanto administrativa quanto militar, permite o gerenciamento e controle direto do Estado sobre os recursos para a sua manutenção, às expensas da população.

Todo esse amplo movimento de reestruturação que levou à instituição do *Dominato* em substituição ao *Principado* teve como consequência a reelaboração dos padrões de relação entre Estado e sociedade. Nesse sentido, um outro fator tem significativa relevância: a presença da Igreja junto à sociedade romana e sob o beneplácito imperial. A interferência cristã na sociedade não se restringe mais ao campo religioso, na medida em que a Igreja assume, a partir de 312, amplas responsabilidades junto às comunidades urbanas. Assim, com seu aparato burocrático, hierarquizado, e por intermédio de seus bispos, a Igreja, no campo político, atuava na mediação de conflitos. Defendia não apenas os interesses da comunidade cristã, mas também os interesses das cidades, respondendo não só pelos clérigos, mas também pelos fiéis e, em alguns casos,

inclusive pelos pagãos (Bajo, 1981:204). Desse modo, o Baixo Império Romano define-se pela afirmação de uma monarquia de natureza sagrada, por uma progressiva centralização administrativa e pelo aumento do grau de coerção estatal. Ademais, a Igreja aparece junto ao Estado, interferindo efetivamente na sociedade da época. Assim, a instauração do *Dominato* significou uma reorganização que atingiu todos os aspectos da vida social. Como a ampla transição para uma nova fase do Império Romano, essa reestruturação não ocorreria sem tensões e conflitos.

No século IV, em particular, os conflitos sociais, ora relacionados às condições de miséria ora em decorrência da repressão do Estado, eram freqüentes (Alföldy, 1989:224). O tratamento historiográfico acerca desses conflitos coloca-nos diante de duas perspectivas diferentes. A primeira, que parte do ponto de vista negativo, analisa o conjunto dos conflitos como algo prejudicial e danoso à estrutura imperial estabelecida. Essa perspectiva contribui para a visão de um quadro de crise ou, pelo menos, de fragilidade da estrutura imperial no decorrer do século IV. Nesse sentido, destacamos os trabalhos de Rémondon e Alföldy. No prólogo da obra *La crisis del Império Romano*, Rémondon aceita e reafirma a idéia corrente de que o governo de Marco Aurélio (161-180) constituiu-se “numa espécie de prefácio dos momentos mais críticos do século III”. Nas palavras do autor, “não havia dúvidas de que estes anos são o início da crise do Império”. Logo, quando ele analisa o século IV, descreve-o a partir do pressuposto de crise. Nessa perspectiva, os conflitos são vistos como elementos que contribuem para a situação de crise e desagregação. Para Alföldy (1989:201 e ss.), as tensões e os conflitos sociais também desempenham o papel de minar o sistema político estabelecido. Analisando a política de força e centralização adotada pelo Estado imperial, esse autor reforça o divórcio entre Estado e sociedade, colocando um contra o outro. Segundo Alföldy e Rémondon, os conflitos são uma contribuição à configuração e ao estabelecimento de um outro sistema político e não um reforço da estrutura política já existente.

Os estudos específicos sobre os conflitos do século IV apresentam uma nova perspectiva. Iluminando novas parcelas da realidade baixo-imperial, alguns trabalhos revelam a dimensão positiva e as contribuições dos conflitos para a constituição e afirmação do próprio *Dominato*. Por exemplo, ao compreender o sistema político do Baixo Império como um sistema adaptativo complexo e analisando o fenômeno das

usurpações entre os anos 284 e 395, Silva (1993:90) argumenta que as usurpações devem ser vistas como “conflitos agregadores, ou seja, como conflitos que, no exato momento em que são superados, permitem ao sistema a sua readaptação no sentido de se autoperpetuar”. Também Wardman (1984:228), em um artigo no qual analisa o fenômeno das usurpações, afirma que a usurpação era uma parte essencial do sistema e que, se, por um lado, “era responsável pelos problemas internos e fronteiriços”, por outro, era uma forma de alerta para o Estado imperial, que parecia “muito distante dos interesses locais e do mal-estar provincial”. De fato, os desafios postos ao poder imperial estabelecido evidenciam os problemas a serem enfrentados, bem como a capacidade de resposta do Estado aos conflitos. Contrariamente, porém, ao que aponta Wardman, o Estado imperial não estava tão distante ou alheio aos interesses e problemas das províncias, mesmo porque a frequência de conflitos e o impacto da opinião pública sobre o comportamento político da monarquia não distanciam o imperador da realidade social. A recorrência de levantes populares urbanos por todo o Império era, por exemplo, fonte constante de informação sobre as demandas e insatisfações da população romana, especialmente em um período no qual a maioria da população estava à margem das decisões políticas e tinha suas reivindicações cada vez mais negligenciadas (Silva, 1997:167). As manifestações populares tinham o objetivo de colocar o imperador diante de suas próprias responsabilidades. Vistos sob esse prisma, os conflitos representam, portanto, o conhecimento das falhas e dos limites do sistema. Nessa medida, ordem e desordem são, nas palavras de Balandier (1997:121), “como duas faces de uma moeda, indissociáveis”. A desordem, pela revelação que faz, pode ser convertida em elemento de ordem. Ordem e desordem – conjugadas com o mito, o rito e a tradição – contribuem para um *continuum* histórico (Balandier, *id.*:29). Desse modo, os conflitos internos podem converter-se em força de unidade.

Essas duas formas de abordar a questão dos conflitos partem de pontos de vista diferentes. O quadro instável – ou mesmo a frágil configuração do século IV, passível de ser, a qualquer momento, desestruturada – descrito pela primeira tendência historiográfica contrapõe-se à segunda, que busca destacar as contribuições dos conflitos à reordenação e, portanto, a tendência desse século ao equilíbrio. Assim, uma descreve um cenário mais em termos de *desordem* que propriamente de *ordem*, enquanto a outra, ao invés daquela, propõe o estudo do ponto de vista da *ordem*. Numa

síntese das duas abordagens, o século IV define-se entre a ordem e a desordem, nessa mistura que ora o inclina para a desagregação, ora o mantém em equilíbrio. Em que pese essa tênue posição entre ordem e desordem, o século IV é o momento em que as particularidades da realidade do *Dominato* se afirmam e se reinventam. Os conflitos sociais são parte importante da reordenação, construção e estabelecimento desse sistema político. Numerosos foram os conflitos sociais no século IV, apresentados sob as mais variadas formas: intolerância religiosa, guerras civis, usurpações e levantes populares urbanos. Dentre esses conflitos, interessa-nos mais especificamente o fenômeno dos *levantes populares urbanos* e, no conjunto dos levantes, uma manifestação popular específica que recebe um destaque especial: o Levante das Estátuas.

Os levantes populares urbanos são assim definidos pelas suas características particulares. Silva (1997:158), analisando alguns dos levantes no século IV, define-os como “populares porque são produzidos e sustentados por segmentos exteriores à elite”, ou seja, “os levantes populares são, antes de tudo, o resultado da mobilização coletiva de um segmento específico dentro da ordem dos *humiliores*: a plebe urbana”. Por essa razão, eles possuem “especificidades em termos de interesses e procedimentos táticos que os diferenciam dos conflitos gerados pela oligarquia”. Ao analisar o Levante das Estátuas, Browning (1952:13) afirma que este não foi um evento isolado, uma vez que irrompe nas províncias e num contexto de manifestações populares contra o governo imperial que são caracteristicamente diferentes dos “conflitos e dos banditismos endêmicos das áreas rurais”.⁴ Logo, os levantes populares urbanos são manifestações produzidas por uma categoria social específica, a plebe urbana, cujos procedimentos de ação são característicos deste grupo social e são eventos deflagrados em um espaço determinado, a *urbs*. Além disso, os levantes podem ser considerados políticos quando “focalizam explicitamente o sistema político ou tornam-se políticos devido à reação das autoridades e do público” (Zimmerman, 1985:197).

A deflagração de conflitos dessa natureza no século IV relaciona-se, geralmente, com a falta de alimentos, a ameaça de fome ou com as exações abusivas (Silva, 1997:160 e ss.). Para Aja Sánchez (1997:77), “o medo” era capaz de suscitar atos de insurreição popular, “antes inclusive de que o problema que o gera, a fome, a escassez de abastecimentos, o anúncio de um novo imposto”. Quanto aos procedimentos adotados pelos agentes do levante, geralmente adquiriam uma dimensão violenta. Na

defesa de seus interesses, a plebe atentava contra a integridade física de representantes do Estado, depredava construções públicas e privadas, constrangia verbal ou materialmente autoridades públicas (Silva, 1997:167 e ss.).

O *Levante das Estátuas* é lembrado na história do Império Romano como um acontecimento singular e ofensivo. Essa manifestação popular ocorreu em fevereiro do ano 387, sob o reinado de Teodósio (379-395), em Antioquia, e sua característica mais marcante foi a destruição das imagens imperiais pelos amotinados. Tanto esse evento quanto outros acontecimentos que ocorreram após a destruição das imagens imperiais foram, posteriormente, reconhecidos e denominados conjuntamente sob o nome de Levante das Estátuas. Para uma melhor compreensão e definição desse episódio, vejamos detalhadamente quais eventos estão relacionados a ele.⁵ A destruição das estátuas ocorreu, provavelmente, no dia 25 ou 26 de fevereiro (Paverd, 1991:25-27). As referências a esse conflito na historiografia apresentam a notícia da determinação de um novo imposto como o motivo imediato do levante, embora a natureza desse imposto ainda não tenha sido estabelecida (Cameron, 1993:173; Silva, 1997:161; Browning, 1952:14; Paverd, 1991:19-20; French, 1998:468; Downey, 1961:426-427; Aja Sánchez, 1998:69). Naquele dia, foi anunciada a criação de um imposto, mediante a leitura de uma carta no *dikasterion*⁶, segundo Paverd (1991:20), “lugar no qual se costuma ler os decretos do imperador”. O *dikasterion* estava cheio de pessoas, que começaram a protestar, de maneira pacífica, contra a medida e na presença do *consularis Syriae* Celso, uma espécie de governador de província, mas sem obter resultados (Paverd, 1991:21). Assim, enquanto deixavam o *dikasterion*, algumas pessoas começaram os distúrbios. Logo, a população saiu em busca do bispo Flaviano, mas ele não foi encontrado e algumas pessoas começaram a inflamar a população, que por meio de ações efetivas daria uma dimensão violenta ao levante (Paverd, 1991:21).

A população inflamada dirigiu-se às termas públicas, deixando o lugar em completa desordem, destruindo as lamparinas que estavam penduradas sob fios. Em seguida, seguiu em direção à casa de uma das autoridades imperiais locais – talvez do *consularis Syriae* ou do *comes orientis* – que foi atacada. Insultos foram proferidos e pedras foram lançadas contra os painéis de madeira com as pinturas de imagens imperiais. Depois foi a vez das estátuas imperiais, que foram derrubadas e arrastadas pelas ruas da cidade (Paverd, 1991:21-22). Não somente a casa de um dos notáveis foi

queimada, mas começaram a colocar fogo em outros lugares, planejando também queimar o palácio, o que foi impedido devido, entre outras coisas, à intervenção do *comes Orientis* (Paverd, 1991:23). Desse modo, as autoridades imperiais locais tomam as primeiras providências de supressão imediata do conflito e de execução dos participantes. Essas medidas foram tomadas na instauração de um tribunal e de um julgamento que ocorreu imediatamente após a supressão pelas tropas (Paverd, 1991:33-38). Devido às proporções do levante e à gravidade das ações, Flaviano, bispo de Antioquia, parte em direção à Constantinopla, no dia 27 de fevereiro ou na manhã do dia seguinte, para, numa audiência com o imperador, argumentar em defesa da cidade. Ao saber dos acontecimentos, o imperador enviou autoridades imperiais à província – Cesário e Elébico – que deveriam realizar uma investigação sobre o assunto (Mayer & Allen, 2000:104). Em 15 de março, os enviados do imperador chegam a Antioquia e instauram um segundo tribunal, no dia 17 de março (Paverd, 1991:57).

No dia do julgamento, os monges e presbíteros interferem em favor daqueles que seriam julgados e, por conseqüência, em prol da cidade e de seus habitantes (João Crisóstomo, *Hom.* XVII, 3, 8; Paverd, 1991:64-82). O julgamento e a sentença proferida pelos juízes resultaram na prisão de decuriões⁷, bem como na revogação do *status* de metrópole da cidade de Antioquia, ficando esta submetida à administração da Laodicéia (Browning, 1952:14; Cameron, 1993:174). Mas ainda faltava a reação imperial. Dada a dimensão do levante e suas particularidades – a destruição das imagens imperiais – a resposta imperial esperada era a pior possível. Em razão disso, a população aguardava, sob uma atmosfera de tensão e medo, a reação imperial que viria a ser manifestada. No entanto, na resolução do conflito, o desfecho foi menos nefasto do que se pretendia. João Crisóstomo (*Hom.* XVII, 3) informa-nos que a população esperava penas inúmeras. Pensava-se, por exemplo, que “os bens seriam pilhados”, “as casas seriam queimadas junto com seus habitantes”, “a cidade seria extirpada do centro do mundo” e “seus estilhaços seriam completamente destruídos”. A carta de reconciliação chega a Antioquia, provavelmente, no decorrer da primeira quinzena de abril, após o dia 9 do referido mês (Paverd, 1991:156). Nela, Teodósio declara revogadas as penas infligidas bem como um pedido de desculpas pelas medidas tomadas contra a cidade e sua população (Paverd, 1991:157). Neste levante, João Crisóstomo descreve um cenário no

qual a elite⁸ cristã, seus membros principais, estão empenhados numa ação em defesa da cidade de Antioquia e de seus habitantes.

Esse episódio tem sido bastante citado tanto nas obras gerais sobre a história romana quanto na literatura especializada. O número de obras referente ao Baixo Império Romano é imenso. Os estudos dedicados especialmente ao levante são igualmente numerosos, sobretudo na historiografia especializada mais recente. Desse modo, na impossibilidade de esgotarmos nosso tema devido o espaço limitado deste artigo, propomos centrar a discussão em dois pontos relevantes a fim de observarmos com mais clareza, e em apenas algumas obras, o estado atual do debate historiográfico sobre a interpretação daquela manifestação popular. A partir da historiografia disponível discutiremos as fontes primárias que fornecem os dados sobre a manifestação e como – considerando objetos e abordagens – o levante de Antioquia é descrito na bibliografia geral e especializada.

O Levante das Estátuas aparece descrito em várias obras do Baixo Império. Os escritores antigos dão destaque ao conflito, apresentando tanto a reação popular quanto a imperial frente à destruição das estátuas. Na sua *História Eclesiástica*, Sozomeno (VII, 23), um escritor cristão, reserva um capítulo para escrever sobre o conflito de Antioquia. Nesse capítulo, Sozomeno informa que “as estátuas do imperador e da imperatriz foram derrubadas e arrastadas pelas ruas da província e a multidão enfurecida vociferava todo tipo de insulto que a paixão do momento poderia sugerir”. Ainda conforme Sozomeno, o imperador determinou a morte de muitos dos cidadãos de Antioquia devido ao insulto cometido. Na *História Eclesiástica* de Teodoreto (V:XIX), a menção ao conflito de Antioquia também é feita em um capítulo. Teodoreto apresenta a gravidade das ações cometidas bem como a reação do imperador ao ser informado dos acontecimentos: “o imperador, ao ser informado dos eventos, mostrou-se indignado, como era de se esperar”. Ainda segundo esse autor, o imperador, então, privou a província de seus privilégios e transferiu a dignidade de metrópole de Antioquia à província vizinha, a Laodicéia, de modo que pudesse infligir àquela a maior indignidade: a de rebaixá-la ao *status* de vila. Depois ameaçou queimar e destruir a cidade. Entre os escritores da Antigüidade, porém, dois tornaram-se referências principais quando se trata do Levante das Estátuas: Libânio, um retórico pagão, pronunciou cinco orações, conhecidas como *Sobre os distúrbios*⁹, e João Crisóstomo,

que, na época, exercia a função de presbítero na sé de Antioquia, o qual predicou, tradicionalmente, vinte e uma homilias, que ficaram conhecidas como *As homilias sobre as estátuas ao povo de Antioquia*. Essas obras tornaram-se as principais fontes documentais sobre o acontecimento, pela ênfase que dão ao conflito e pela quantidade de informações que fornecem. Dessa forma, os estudos historiográficos que versam sobre o levante e a destruição das estátuas em Antioquia podem ser fundamentados pela primeira ou pela segunda fonte, senão por ambas. No entanto, observamos que os cinco discursos de Libânio são consideravelmente mais explorados pela historiografia, enquanto as homilias de João Crisóstomo aparecem como um adendo à compreensão do conflito. Realmente, nas obras gerais sobre a história romana ou nas específicas sobre o levante, podemos observar o tratamento diferenciado no que se refere às fontes. Cameron (1993:174) destaca as características gerais do conflito e enfatiza, como principal fonte de informação, as orações de Libânio, reforçando a posição complementar do testemunho de João Crisóstomo. Browning (1952:13) também argumenta que as orações de Libânio fornecem, em maior detalhe, a evolução do conflito e que João Crisóstomo, apesar de sua eloquência, relata muito pouco sobre o que realmente aconteceu.

A maior ou menor utilização dos cinco discursos de Libânio influencia diretamente a forma como a historiografia apresenta o Levante das Estátuas. Logo, no que se refere às descrições historiográficas, estas tendem a apresentar o conflito em termos dos motivos que levaram à deflagração, da composição social dos participantes e das ações imperial e popular frente aos acontecimentos. Ao tratar dos movimentos de resistência e revolta dos motins no Baixo Império, Alföldy (1989:226) enfatiza a heterogeneidade dos participantes do levante de Antioquia, além de caracterizá-lo. Esse autor ainda identifica a causa da manifestação como resultado do contexto de opressão e empobrecimento. Browning (1952:16) também centra sua análise na questão da diversidade social ao compreender a participação no levante de uma categoria específica, as claques, ou seja, profissionais do teatro que estimulam a platéia numa espécie de aclamação. Assim, tanto Alföldy quanto Browning prendem-se às características sociais do levante, considerando – na especificidade de cada estudo – as diferentes participações e os motivos que levaram os seus integrantes a empreender coletivamente uma ação contra o Estado imperial. A existência de tais estudos, voltados

para os aspectos sociais e para uma maior exploração do depoimento de Libânio relaciona-se com o paradigma histórico a partir do qual se estruturam. Esses estudos pertencem a uma abordagem que chamaremos de *social*, a qual, de acordo com Hunt (2001:2), define-se por um modelo de explicação histórica que direciona “seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres”, enfim, dos diferentes grupos e categorias sociais. Só muito recentemente verificamos um voltar-se para as fontes cristãs. Existem duas razões para isso: a retomada de estudos que apresentam uma outra vertente de interpretação revista pela História Cultural, e o enriquecimento da História com teorias e metodologias provenientes de outras áreas do conhecimento. Renovados pela mudança de ênfase – do social para o cultural – esses estudos estimulam o retorno às fontes cristãs e novos pontos de vista são introduzidos.

A destruição das estátuas é, por exemplo, uma característica freqüente evocada quando se faz referência ao levante. De acordo com Williams e Frill (1998:44), “as imagens imperiais são os símbolos políticos mais sagrados do Império”. De fato, num contexto em que as imagens imperiais são compreendidas como mimésis do imperador (Bonfante, 1964:408), a destruição de estátuas ou de outro material imagético portando a efígie imperial é considerada um ato grave de traição e àquele que atentou contra as imagens é imputado o crime de lesa-majestade (Lear, 1965:34-35). As referências ao episódio evidenciam o impacto e a importância desse conflito no contexto romano. Ao mencioná-lo, Setton (1941:189) afirma que foi uma “sedição vil”, no qual imagens imperiais foram “profanadas”. Para Nippel (1995:110), o levante foi uma “sublevação séria o suficiente para colocar em perigo autoridades imperiais e até mesmo o imperador”. Ao analisar o modelo de destruição das estátuas utilizado pelos romanos no levante de Antioquia, Stewart (1999:182) retoma o debate no qual a temática central é a relação entre a cultura tradicional romana e a cristã no século IV. Ao contrário de alguns historiadores, como Browning, Stewart propõe que um repertório de símbolos permanece constante e que podemos perceber aí, na destruição das estátuas, uma continuidade cultural. Stewart, contudo, destaca que, mesmo havendo uma continuidade do modelo de destruição de estátuas e um mesmo vocabulário, isso não significa dizer que o universo simbólico comum não possa ser utilizado para articular diferentes perspectivas. Outros temas são recorrentes e estão na pauta na historiografia dos

historiadores da ênfase cultural, a exemplo da questão da retórica, da natureza e estrutura dos discursos cristãos e do papel das obras de arte (estátuas, pinturas, arquitetura) no Império Romano. Apesar de esses temas não fazerem menção direta ao conflito de Antioquia, são aspectos que dizem respeito ao nosso objeto de pesquisa. Tais temas redirecionam os estudos sobre o Levante das Estátuas para a investigação do lugar da imagem, dos textos, da paisagem urbana na sociedade romana, bem como para a compreensão das modalidades de suas expressões na transmissão e propaganda da nova ordem imperial.

As reflexões de Cameron (1994:120 e ss.) sobre o desenvolvimento do discurso cristão na nova realidade do século IV, a partir da idéia de adaptação e apropriação, apresentam novos caminhos na discussão sobre as fontes cristãs. Cameron tece considerações sobre os mecanismos utilizados pelos escritores cristãos para legitimar sua posição decorrente da recente relação com o poder político e assegurar sua transmissão às gerações futuras. A análise das obras de arte (estátuas, pinturas) e seu lugar num contexto político são os objetos de estudo de Gregory (1994:81), em seu artigo “Powerful images”. As considerações de Gregory giram em torno da relação implicada na interação entre sociedade e imagens, ou melhor, respostas públicas às imagens e seu lugar na vida política. Contudo, como ele observa, só recentemente os historiadores têm-se voltado para o estudo da vida política antiga, destacando ainda que não somente os historiadores da arte, mas também os sociais deveriam prestar mais atenção a esses materiais. Os trabalhos de Cameron e Gregory, além de redirecionar os estudos que permeiam as pesquisas sobre o Levante das Estátuas, estimulam novas áreas de discussão que ainda se encontram silenciadas na historiografia. Cameron (1994:2), por exemplo, evidencia que, atualmente, a história do desenvolvimento do cristianismo no Império Romano, escrita por historiadores, tem enfatizado as dimensões social e institucional do fenômeno, em detrimento dos modos simbólicos de expressão. Dessa maneira, a autora destaca que ainda existem muitos outros pontos de vistas do discurso cristão que precisam ser investigados (Cameron, 1994:3).

Em suma, essas são as tendências historiográficas que permeiam os estudos sobre o levante e a destruição das estátuas em Antioquia, que podemos, *grosso modo*, classificar em dois grupos. De um lado, temos as referências que tratam das características gerais do conflito, sua composição social, as motivações que levaram à

irrupção do levante, a forma como os amotinados procederam e a ação imperial e popular que o movimento suscitou. Classificamos tal grupo de obras como de abordagem *social*. De outro lado, temos as obras que, mediante uma abordagem cultural, destacam os aspectos simbólicos de nosso objeto de pesquisa: a retórica, os discursos e as obras de arte como instrumentos de poder e, portanto, como mecanismos de controle social e de significativa ação política. Essa última abordagem traz, junto com seus objetos e abordagens, novas orientações teóricas, como os conceitos de imagem e representação, que permitem a construção de uma perspectiva diferenciada, a partir do estudo dos discursos cristãos. Em razão disso, tornam possível a compreensão do levante em Antioquia através das homilias de João Crisóstomo. Ademais, essa abordagem prenuncia o movimento em prol da reabilitação da História Política. Uma nova forma de História Política, renovada pelas reflexões resultantes da história pretendida pelos *Annales*, da nova História Cultural. Sob esses novos recursos e perspectiva, o objeto de pesquisa e, sobretudo, a documentação que optamos por analisar foram pouco explorados pela historiografia. De fato, ainda podemos observar uma forte tendência de interpretação social do conflito, bem como perceber a ausência de uma exploração maior e mais aprofundada das homilias de João Crisóstomo a fim de compreender a sua participação e, por extensão, a posição da Igreja frente ao conflito, considerando a relação desta última com o Estado imperial. Não obstante, apesar de ter sido muito pouco explorada no que se refere ao tema em destaque, não podemos afirmar que *As homilias sobre as estátuas* de João Crisóstomo foram uma documentação pouco analisada. O número de estudos hermenêuticos e exegéticos sobre a sintaxe e as estruturas formais dessa documentação ou então a quantidade de análises sobre a quantidade de homilias que foram relacionadas ao levante e classificada sob aquele título, ou ainda sobre a ordem e as datas em que foram pronunciadas, são significativos.

A obra *Recherches sur la syntaxe de Saint Jean Chrysostome* (1939), de Marius Soffray, por exemplo, é um inventário detalhado da linguagem empregada por João Crisóstomo em *As homilias sobre as estátuas*. Soffray (1939:198) buscava investigar em que medida João Crisóstomo apresentava, em termos de sintaxe, nessas homilias, as estruturas formais das orações de sua época, a fim de descobrir o que havia de novo e antigo nas suas homilias em relação à linguagem utilizada pelos antigos retores clássicos. Em *Saint John Chrysostom's Homilies on the Statues* (1930), Mary Albania

Burns realiza uma análise acerca das qualidades e formas retóricas mediante o levantamento numérico e quantitativo das figuras de linguagem presentes nas homilias de João Crisóstomo, como, por exemplo, a redundância, a repetição, a metáfora, as comparações, entre outras. O objetivo de Burns (1930:5) é medir as influências do que chama de “Segunda Retórica Sofística” na retórica de João Crisóstomo. Recentemente, essa documentação de João Crisóstomo recebeu uma atenção maior. Na obra *Saint John Chrysostom, The Homilies on the Statues* (1991), Frans Van de Paverd faz uma análise mais completa das homilias. Paverd (1991:XXIV) tem como objetivo principal estabelecer a cronologia e a ordem em que as homilias foram pronunciadas, mas também propõe a inclusão de mais uma homilia na série tradicional, assim como busca reconstruir os acontecimentos históricos relacionados ao Levante das Estátuas.

A quantidade de homilias que integram a série *As homilias sobre as estátuas* é um ponto controverso na literatura que versa sobre a documentação. Tradicionalmente, *As homilias sobre as estátuas* de João Crisóstomo constitui-se de vinte e uma homilias que, segundo Paverd (1991:21), foram assim denominadas por fazerem referência aos acontecimentos vinculados ao levante e à destruição das estátuas. Contudo, na perspectiva de Paverd, em lugar de vinte e uma homilias, a série é composta de vinte e duas. Paverd (1991:230) argumenta em favor da inclusão nessa série de uma outra homilia denominada *Nuper dictorum*, que, de acordo com a classificação de Montfaucon¹⁰, integra a série *As catequeses batismais*. Os argumentos de Paverd para a inclusão são convincentes. Entretanto, no interior desse debate, existem outros pontos de vista. Valevicius (2000:83), por exemplo, propõe a inclusão de mais três homilias e não de apenas mais uma. Como podemos observar, *As homilias sobre as estátuas* são mais exploradas em termos do estabelecimento de sua ordem e cronologia ou mesmo em termos da definição de suas estruturas formais. As diversas referências a essas temáticas retiradas da análise da documentação são importantes e úteis na medida em que contribuem para uma melhor compreensão desse tipo de documento e sua natureza. Todavia, essa tendência significou a quase ausência de trabalhos sobre o conteúdo dessa vasta documentação, da compreensão do Levante das Estátuas a partir do depoimento de João Crisóstomo. Não obstante, algumas obras já iniciaram o debate.

Em *L'image d'Antioche dans les homélies "Sur les Statues" de Jean Chrysostome*, Laurence Brottier (1993) reflete sobre a imagem de Antioquia nas *As*

homilias sobre as estátuas apresentando a maneira como João Crisóstomo “concebe sua cidade e os laços fortes que o unem a ela”. No capítulo *Competing Political Visions: The 386 Riot of the Statues* da obra *Ecclesiastical and imperial Authority in the writings of John Chrysostom: a reinterpretation of his political philosophy*, Justin Stephens (2001) busca compreender a perspectiva de João Crisóstomo acerca do levante relacionando-a com a perspectiva de Libânio. Para Stephens (2001:5), João Crisóstomo e Libânio apresentam modelos de ordem política que estão em concorrência. Ou seja, ao comparar as orações de Libânio com as homilias de João Crisóstomo, sobre a maneira como cada um representou o conflito, Stephens afirma que “Libânio se volta para uma tradição pré-cristã, enquanto João Crisóstomo olha adiante para uma tradição na qual o bispo cristão desempenha um papel central nos negócios políticos”. Assim, o testemunho de João Crisóstomo é revisitado e novas possibilidades de interpretação são conhecidas. Mas apesar dessas referências, alguns aspectos dessa manifestação popular não têm recebido a devida atenção. As referências ao *Levante das Estátuas* nas obras sobre o Império Romano são geralmente breves, de forma que não se avaliam a perspectiva e a posição da Igreja no contexto. Nas obras especializadas, as contribuições são reconhecidamente valorosas. No entanto, há ainda algumas lacunas. Ou seja, não há estudos sobre o grau de interferência da Igreja na relação entre o Estado e a sociedade romana tardia.

A Igreja e suas instituições – o monacato, o diaconato, o presbiterato e o episcopado – eram elementos bastante presentes na vida cotidiana das populações das cidades romanas do século IV.¹¹ Não raro, houve a influência do cristianismo e a interferência dos monges, bispos e presbíteros em diversos campos da vida social romana baixo-imperial. O cristianismo exercia influência na arte, na arquitetura, na legislação, na vida social, nos valores sociais, nos comportamentos e, certamente, também no campo do político¹². Desse modo, a sociedade romana do Baixo Império não poderia ser compreendida sem considerarmos o ponto de vista cristão a partir dos testemunhos daqueles que, como porta-vozes,¹³ declaravam falar não somente em nome da Igreja, mas também em nome de todos que habitavam na cidade, ou eram parte do Império. Como personagens de prestígio, os bispos e, no caso específico de João Crisóstomo, também presbíteros possuíam autoridade e exerceram grande influência no decorrer do século IV. O Levante das Estátuas foi um acontecimento no qual refletimos

sobre a dinâmica e a forma como ocorreu esta presença e interferência cristã na comunidade urbana local.

As homilias sobre as estátuas, de João Crisóstomo, nos fornece um ponto de vista muito particular e informações valiosas sobre o levante. Nessas homilias, João Crisóstomo discorre, entre outras coisas, sobre a destruição das estátuas bem como sobre a participação e interferência de uma *elite* cristã. Para João Crisóstomo, a destruição das estátuas significou uma ofensa grave, fruto da ação de indivíduos que não pertenciam à cidade e resultado da influência de forças malévolas. Mas isso não significa que a população e a cidade estavam completamente isentos de culpa. Segundo Crisóstomo, esses acontecimentos que trazem sofrimento surgem da vida viciosa. Aqueles que vivem uma vida reta, segundo os preceitos cristãos, nada precisam temer e aqueles que comentem faltas têm uma oportunidade singular de se purificarem durante esses acontecimentos. Quanto à interferência cristã, João Crisóstomo afirma que houve a participação e a interferência dos monges e do bispo Flaviano. João Crisóstomo, ele mesmo desempenha um papel particular ao pregar vinte e uma homilias sobre o levante. João Crisóstomo não podia isentar-se de emitir uma opinião sobre os acontecimentos. Assim, ele pronunciou-as durante o período que perdurou o levante, da sua irrupção até a sua resolução. Demonstrando a maneira como cada um desses envolvidos foram, numa ação conjunta, em defesa da cidade de Antioquia e de seus habitantes, João Crisóstomo revela o papel e a participação efetiva que esses membros da elite cristã tiveram na resolução do conflito. Não podemos desconsiderar o papel desempenhado pelos monges e pelo próprio João Crisóstomo. Contudo, dentre essas participações, João Crisóstomo destaca a interferência do bispo de Antioquia, Flaviano. Na perspectiva de João Crisóstomo, a embaixada desse bispo foi responsável pela resolução final do levante. Assim, Crisóstomo contribui para a construção, afirmação e consolidação da posição social e política do bispo no século IV. Não obstante, a ênfase dada por João Crisóstomo à embaixada de Flaviano fundamenta-se na idéia corrente já no século IV do prestígio e da posição alcançada pelos bispos, principalmente após Constantino. Os bispos foram, gradualmente, agregando funções e responsabilidades no âmbito da cidade. Nesse sentido, convém assinalar também que, se, por um lado, a manutenção e a consolidação da posição dos bispos e das relações de poder característicos do Baixo Império relacionam-se com os discursos, por outro, dizem

respeito também à maneira como, na realidade concreta, essas personagens tomaram para si a responsabilidade de defender a cidade e sua população. Assim, o estudo do levante de 387, em Antioquia, de um modo geral, implicou na afirmação da posição do bispo como personagem de grande prestígio e influência, era responsável tanto pela população da cidade em que estava locado quanto pela população que estava sob sua responsabilidade – cristãos e, inclusive, pagãos. Desse modo, *As homilias sobre as estátuas* fornecem dados importantes para compreendermos a realidade romana baixo-imperial uma vez que, como testemunha e agente nas transformações de uma realidade em transição, João Crisóstomo tanto expressa em suas obras as particularidades e características da sociedade do Baixo Império Romano, aquela do século IV, bem como contribui por meio de suas prédicas e atitudes para a transformação mesma dessa realidade social.

Referências bibliográficas

Documentação primária impressa

JOHN CHRYSOSTOM. The Homilies on the Statues to People of Antioch. In: SCHARFF, P. *A Select Library of the Nicene and Post- Nicene Fathers of the Chriatian Church*. Volume IX. Michigan: T&T Clark / WM. B. Eerdmans Publishing Company, 1996. p. 315-514.

LIBANIUS. The Riots of the Statues. In: NORMAN, A. F. *Libanius: Selected Works*, v. 2. Harvard University Press, 1978.

SOZOMENUS. *The ecclesiastical history*. Translated by Edward Walford. London: Henry G. Bohn, 1855.

THEODORET. *History of Church*. London: Henry G. Bohn, 1854.

Obras de apoio

- AJA SÁNCHEZ, J.R. La crisis de Antioquía del año 354: un ejemplo de la pervivencia de la “vis publica” en la Antigüedad Tardía. *La tradición en la Antigüedad Tardía, Antig. crist.*, Murcia, 1997, p. 61-81.
- _____. *Tumultus et urbanae seditiones: sus causas – un estudio sobre los conflictos económicos, religiosos y sociales en las ciudades tardorromanas (S. IV)*. Santander: Universidad de Cantabria, 1998.
- ALFOLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.
- BAJO, F. El patronato de los obispos sobre ciudades durante los siglos IV-V en Hispania. *Memorias de Historia Antigua*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1981, p. 203-13.
- BALANDIER, G. *A desordem*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BONFANTE, L. Emperor, God and man in the IV century. *La Parola del Passato*, Napoli, fasc. XCIX, p. 401-27, 1964.
- BRÉHIER, L. Bernard de Montfaucon. In: THE CATHOLIC ENCYCLOPEDIA, 2003. Disponible <http://www.newadvent.org/cathen/10539b.htm> Acceso em: 20 jan. 2005.
- BROTTIER, L. L’image d’Antioche dans les homélies “Sur les Statues” de Jean Chrysostome. *Revue des Études Grecques*, 106, p. 619-635, 1993.
- BROWNING, R. The Riot of A.D. 387 in Antioch: the role of the theatrical clagues in the Later Empire. *Journal of Roman Studies*, v. 42, p. 13-20, 1952.
- BURNS, M. A. *Saint John Chrysostom’s Homilies on the Statues: A study on their qualities and form*. Washington: Catholic University of America, 1930.
- CAMERON, A. *The Later Roman Empire*. London: Fontana Press, 1993.
- _____. *Christianity and the rhetoric of Empire*. Berkeley: University of California Press, 1994.
- DOWNEY, G. *A history of Antioch in Syria: from Seleucus to the Arab conquest*. New Jersey: Princeton University Press, 1961.

- DRINKWATER, J. Patronage in Roman Gaul and the problem of the Bagaudae. In: WALLACE-HADRILL, A. *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1990, pp. 189-203.
- FRENCH, D. Rhetoric and rebellion of A. D. 387 in Antioch. *Historia*, 47, p. 468-484, 1998.
- GREGORY, A. P. Powerful images: responses to portraits and the political uses of images in Rome. *Journal of Roman Archaeology*. v. 7, p. 80-99, 1994.
- HOPWOOD, K. Bandits, elites and rural order. In: WALLACE-HADRILL, A. *Patronage in ancient society*. London: Routledge, 1990, pp. 171-87.
- HUNT, L. *A nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEAR, F. S. The crime of majesty in Roman public law. In: _____. *Treason in Roman and Germanic Law*. Austin: University of Texas Press, 1965, p. 3-72.
- MAIER, F. G. *Las transformaciones del mundo mediterráneo: siglos III-VIII*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1972.
- MAYER, W. & ALLEN, P. *John Chrysostom*. London: Routledge, 2000.
- NIPPEL, W. *Public order in ancient Rome*. Cambridge: Cambridge University, 1995.
- PAVERD, F. van de. *Saint John Chrysostom, The Homilies on the Statues: An Introduction*. *Orientalia Christiana Analecta* 239. Roma: Pont. Institutum Studiorum Orientalium, 1991.
- RAPP, C. The elite status of bishops in Late Antiquity in ecclesiastical, spiritual and social contexts. *Arethusa*, v. 33, n. 3, p. 379-399, fall 2000.
- RÉMONDON, R. *La crisis del Império romano: de Marco Aurélio a Anastasio*. Calábria: Editorial Labor, 1967.
- SETTON, K.M. *Christian attitudes toward the emperor in the fourth century, especially as shown in addresses to the emperor*. New York: Columbia University Press, 1941.

- SHAW, B. D. Bandits in the Roman Empire. *Past and Present*, n. 105, 1984, p. 3-52.
- SILVA, G. V. da. *A escalada dos imperadores proscritos: estado, conflito e usurpação no IV século d.C.* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado (mimeo), 1993.
- _____. Motivações e procedimentos dos levantes populares urbanos no IV Século. *Phoênix*, Rio de Janeiro, ano 3, p. 157-168, 1997.
- _____. Política e Religião no Baixo Império: a construção da mística imperial segundo a Apologia ao Imperador Constâncio de Atanásio de Alexandria. *Revista de História*. Vitória, n. 6, p. 81-90, 1998.
- _____. A configuração do Estado romano no Baixo Império. *Revista de História da Unesp*. São Paulo, v. 17/18, p. 199-223, 1999.
- _____. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia*. Vitória: EDUFES/CCHN, 2003.
- SOFFRAY, M. *Recherches sur la syntaxe de St. Jean Chrysostome d'après les Homélie sur les statues*. Collection d'Études Anciennes. Paris: G. Budé, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1939.
- STEPHENS, J.L. Competing political visions: The 386 Riot of the Statues. In: *Ecclesiastical and imperial Authority in the writings of John Chrysostom: a reinterpretation of his political philosophy*. PhD Dissertation. Santa Barbara: University of California, 2001, (mimeo).
- STEWART, P. The destruction of statues in Late Antiquity. In: MILES, R. *Constructing identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999. p. 159-189.
- VALEVICIUS, A. Les 24 homélie *De statuis* de Jean Chrysostome: recherches nouvelles. *Revue des Études Augustiniennes*, n. 46, ano 2000, p. 83-91.
- WARDMAN, A. E. Usurpers and internal conflicts in the fourth century A. D. *Historia*, n. 33, 1984, p. 220-237.
- WILLIAMS, S. & FRIELL, G. *Theodosius: the empire at bay*. London: Batsford, 1994.

ZIMMERMANN, E. Macropesquisa comparativa sobre o protesto político. In: GURR, T. R. *Manual do conflito político*. Brasília: UnB, 1985, p.197.

¹ Este artigo se constitui de parte de nossa dissertação de mestrado, intitulada “Igreja, conflito e poder no século IV d.C.: João Crisóstomo e o Levante das Estátuas em Antioquia” que foi desenvolvida sob a orientação do Professor Doutor Gilvan Ventura da Silva e com o apoio da CAPES.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Professor do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo e atual coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, é bacharel, licenciado, mestre em História Antiga e Medieval pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em História pela Universidade de São Paulo.

⁴ Sobre o contexto rural e os conflitos deflagrados no campo ver: Hopwood (1990:171-87); Drinkwater (1990:189-203) e Shaw (1984:3-52).

⁵ Seguimos a reconstrução histórica e cronológica dos eventos realizada por Pavard (1991:15-159).

⁶ Pavard (1991:20) define, citando Petit (1955:253 e 248) e Piganiol (1975:18), o *dikasterion* como um tribunal que se situa dentro do palácio imperial, o qual, em Antioquia, se localiza na ilha do Oronte. Esse tribunal é o escritório do *comes Orientis* (administrador da diocese do Oriente) e do *consularis Syriae* (governador da Síria).

⁷ Os decuriões, também conhecidos como *curiales*, compunham uma ordem local. Tinham múltiplas responsabilidades: eram responsáveis pelo abastecimento de cereais à sua província, pela manutenção da ordem pública e pelas obras públicas, além de serem obrigados a financiar espetáculos quando investidos de uma magistratura. Também administravam as finanças da comunidade e eram responsabilizados pelas dívidas dessa; estavam encarregados de cobrar o imposto, eram pessoalmente responsáveis pela cobrança, sob a pena de castigos severos em caso de negligência. Esse acúmulo de responsabilidades tornou a ordem dos decuriões um seguimento cada vez mais depauperado (Alföldy, 1989:213-215).

⁸ Entendemos por elite o mesmo que Rapp (2000:379), “elite” significa “uma posição no ou próximo ao topo do sistema hierárquico em questão”. Na hierarquia eclesiástica do Baixo Império, consideramos elite cristã os membros das instituições do monacato, do presbiterado e do episcopado. Os bispos representam o ofício mais alto, o topo dentro desta hierarquia.

⁹ Optamos aqui pela denominação do conjunto das orações de Libânio dada por Aja Sánchez (1998:15), mas, em inglês, a denominação é “The Riots of the Statues”. Cf.: LIBANIUS (1978:237-407).

¹⁰ Bernard de Montfaucon (1655-1741) era um monge beneditino francês (Schaff, 1996:3; Bréhier, 2003:1). Segundo Bréhier (2003:1), a partir de 1687, Montfaucon “foi escolhido para dar assistência na preparação” de uma edição que conteria as obras dos padres gregos. Os volumes concernentes às obras de João Crisóstomo constituem-se, de acordo com Scharff (1996:3), na “melhor edição, e o resultado de cerca de vinte anos de um trabalho paciente de Montfaucon, e de vários assistentes da irmandade [...] Montfaucon [...] preparou prefácios valiosos para cada tratado e conjunto de homilias, organizou os trabalhos em ordem cronológica, e adicionou no volume XIII dissertações sobre a vida, a doutrina, a disciplina e as heresias da época de Crisóstomo”. Uma nova edição é reimpressa com mais alguns acréscimos por Jacques-Paul Migne (Scharff, 1996:3). Para o presente estudo utilizamos a edição da *Patrologia Graeca* de Migne, que é bilíngüe, latim e grego, bem como as versões em espanhol de Juan Oteo Uruñuela e inglês de Philip Scharff.

¹¹ O cristianismo foi um fenômeno, predominantemente, urbano. No entanto, isto não significa dizer que a Igreja e as comunidades cristãs não estavam presentes também na vida rural ou que o cristianismo não alcançava as áreas rurais. Sobre este assunto, ver: SALAMITO, J.-M. La christianisation et les nouvelles règles de la vie sociale. In: In: MAYEUR, J.-M., PIETRI, C., PIETRI, L. et al. *Histoire du Christianisme*. Tomo 2. Paris: Desclée, 1995, p. 675-717.

¹² Particularmente, o estudo da interferência cristã nesta última esfera ainda precisa ser mais intensamente explorado, principalmente, porque novos recursos teóricos e metodológicos estão disponíveis e cuja contribuição pode ser avaliada pelo fornecimento de uma nova perspectiva e pelo acréscimo de novos aspectos ao nosso conhecimento acerca daquele contexto histórico.

¹³ Duby (1995:134-5) argumenta que nos “procedimentos de conflitos, contestações, recuperação, integração, que formam a trama da história das ideologias, certos meios sociais desempenham um papel

preponderante. O historiador deverá prestar uma atenção particular a essas pessoas que, por sua situação profissional, se encontram colocadas na frente do combate e que se revelam os principais agentes das forças de conservação, de resistência ou de conquista, os artesãos dos ajustamentos necessários. Trata-se em primeiro lugar de todos os especialistas que as sociedades estabelecidas colocam nas funções de educação e ensino”. João Crisóstomo é uma dessas personagens que ocupam lugares preponderantes, que buscavam, como agentes e por meio de estratégias, conservar uma determinada ordem de coisas que favoreciam a posição do grupo social do qual eram provenientes.